

# REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , 2023

(Do Deputado Mauro Benevides Filho PDT/CE)

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda acerca dos estudos técnicos, praticados pelo Banco Central do Brasil, que fundamentam a fixação da Taxa SELIC.

Senhor Ministro,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, § 2º e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas informações ao Banco Central do Brasil, conforme abaixo discriminado:

- a) Acerca dos estudos técnicos realizados que respaldem o aumento da SELIC de 2% em março de 2021 para 13,75% em agosto de 2022- permanecendo até hoje, justificando como encontraram o valor exato determinado nas respectivas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM) para a fixação das Taxas SELIC e a sua projeção para o ano de 2023, como também;
- b) Disponibilizar, em formato digital, todos os modelos econométricos e estruturais, seja o SAMBA ou qualquer outro modelo, os dados que os alimentam, assim como os tratamentos das variáveis, rotinas de programação e estimação, com seus respectivos arquivos de logs (outputs de resultados), os quais foram utilizados com vistas a oferecer subsídios para o processo de elaboração dos estudos de que trata o item a.

## JUSTIFICAÇÃO

A SELIC começou a subir a partir de março de 2021, após ter passado seis meses estacionada em 2%, enquanto o governo tentava incentivar a atividade econômica, que estava em compasso de espera. Para controlar a inflação, cada vez mais alta dali em diante, o Banco Central do Brasil passou a



aumentar a taxa de juros – que engatou uma forte trajetória de alta, chegando aos 13,75% em agosto de 2022, patamar em que se mantém até hoje.

Com a Selic a 13,75% ao ano, e com base na inflação prevista no boletim Focus do Banco Central, de 5,33%, e na taxa de juros DI a mercado dos próximos doze meses com vencimento em dezembro de 2023, a Infinity Asset Management calculou uma taxa de juros real (ou seja, descontada a inflação) para o Brasil de 8,16% ao ano.

Essa é a maior taxa de juros real dentre todos os 156 países analisados no Ranking Mundial de Juros Reais, elaborado pela Infinity Asset Management. Descontada a inflação esperada para os próximos 12 meses (5,33%), os juros reais no Brasil ficaram em 8,16% - suficientes para manter o país no topo da lista, acima do México (juros reais de 5,39%) e do Chile (juros reais de 4,66%).

Note-se que, mesmo que a taxa de juros nominal se eleve ou se reduza nas próximas reuniões (em caso de alta de 0,75 pp, os juros reais brasileiros seriam de 8,78%, enquanto o valor atingiria 7,54%, se houvesse corte de 0,25 pp), o Brasil ainda se manteria como o país que detém a taxa de juros real mais elevada do mundo.

O patamar elevado da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, dificulta o acesso ao crédito tanto para as famílias quanto para as empresas. Isso gera um efeito imediato sobre o nível de investimentos do país, assim como tem efeito direto sobre a dinâmica da restrição orçamentária das famílias.

Dessa forma, para compreender o processo de fixação das taxas de juros, assim como para se testar cenários alternativos, solicitamos, neste requerimento, informações referentes aos estudos elaborados pelo Banco Central do Brasil, assim como os códigos computacionais fonte que embasaram tais estudos.

Sala das Comissões, em 28 de fevereiro de 2023.

**MAURO BENEVIDES FILHO**  
Deputado federal PDT/CE

